

Secretaria Eficiente promove saúde, educação, infraestrutura e lazer no ES



O programa, que é realizado em Marilândia, Jaguaré e Cachoeiro de Itapemirim, contempla também ações em segurança pública, meio ambiente, produção e comercialização agrícola, turismo e esporte.

PÁGINAS 6 e 7

Clima nas mãos do produtor

Divulgação



PÁGINA 3

Mudanças no CCIR

CNA



PÁGINA 5

Proibido uso de cama de frango

Divulgação



PÁGINA 11

Vamos tirar o Brasil do vermelho

A tolerância entendida como infirmitude do nosso povo chegou ao fim.

As manchetes de toda a mídia mostram com alarmante contundência, fatos inadmissíveis em um Regime Estável, regulado pelo Estado de Direito, sistematicamente desrespeitado.

As manchetes garrafais apontam fatos recorrentes de invasões de terras e de desvio de dinheiro, que se exponenciam a cada dia, mercê da inércia das autoridades, favorecendo totalmente à impunidade.

As principais manchetes recentemente divulgadas pela mídia, jornais e revistas de notória credibilidade como: Revista Veja, O Estadão, O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, dentre outros, alardeiam gravíssimos problemas de Invasões de Terras e Desvios de Dinheiro, praticados pelo MST via principalmente por cooperativas, como a COOPTRASC (Cooperativa dos Trabalhadores da reforma Agrária de Santa Catarina);

Diante de fatos tão nocivos à segurança dos produtores e trabalhadores rurais, a CNA propôs a criação de um Plano Nacional de Combate às Invasões de Terras, a ser coordenado pelo Ministério da Justiça, com autoridade e instrumentos para tolher as ações anunciadas pelo MST, amparado no artigo 27, XIV, a, da lei 10.683/2003. Em sintonia com os Executivos Estaduais pode colocar em ação a Força Nacional de Segurança Pública,

prevenida e preparada para garantir a ordem pública (artigo 3º, 1, da lei 11.473/2007; e artigo 1º, 1, da portaria 394/2008, do Ministério da Justiça).

Organismo que promove violência como o MST, não pode continuar delinquindo, sob o mimetismo de movimento social.

Nosso Sistema vem de criar Serviço de Assistência Jurídica para o acompanhamento de processos criminais contra os líderes do MST, com o objetivo de facilitar e apressar os julgamentos pelo Poder Judiciário.

Por ser crime não toleraremos as invasões ou qualquer tipo de agressão e transgressão ao Estado Direito.

A argamassa moldada pelo suor e pelo solo, é inócua se não for irrigada pela liberdade.

O Sistema Sindical Patronal rural, alicerça-se no caráter técnico, científico e legal, propugnando sempre pela facilitação do diálogo, do entendimento e do respeito as leis e a justiça, razão pela qual criou o Instituto CNA, o Observatório das Desproteções Jurídicas no Campo e incontáveis programas de amplo alcance sócio econômico, que merecem ser conhecidos, no site da CNA: www.cna.org.br.

Atenciosamente,

Júlio da Silva Rocha Jr.
Presidente da Faes

TST reconhece legitimidade da CNA para Cobrança da CSR

Os Tribunais Regionais do Trabalho estão consolidando entendimento, assim como o Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Federal e agora o Tribunal Superior do Trabalho - TST já entendem que a CNA possui legitimidade para cobrar todo o valor devido decorrente da Contribuição Sindical Rural, conforme decisão divulgada no Diário Oficial da União - DIO de 29 de março de 2010:

Tribunal Superior do Trabalho - Nº 449/2010
Secretaria da Sétima Turma

Acórdão

Processo Nº RR-133300-21.2007.5.09.0072

Processo Nº RR-1333/2007-072-09-00.5

Relator Min. Maria Doralice Novaes

EMENTA : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA - LEGITIMIDADE PARA EFETUAR O LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS RURAIS.

A partir da edição da Lei 8.847/94, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural (ITR) e dá outras providências, as atividades de fiscalização e arrecadação da contribuição sindical passaram a ser atribuição da CNA e da CONTAG, haja vista que, nos termos do art. 24, inciso I, da mencionada norma, a competência da Secretaria da Receita Federal para a administração da contribuição sindical rural

Assim, a CNA a Faes e os Sindicatos Rurais Patronais CONVOCAM os produtores rurais, Pessoas Físicas, que possuem imóvel rural ou empreendem, a qualquer título, atividade econômica rural, enquadrados como "Empresários" ou "Empregadores Rurais", nos termos do artigo 1º, inciso II, alíneas a, b e c do Decreto-lei 1.166/71, para realizarem o pagamento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Rural do exercício de 2010, devida por força do que estabelecem o Decreto-lei acima citado e os artigos 578 e seguintes da CLT, aplicáveis à espécie. O seu recolhimento deverá ser efetuado impreterivelmente até o dia 22 de MAIO de 2010.

Valdirene Ornela da Silva Barros
Coordenadora do Setor Jurídico / Faes

O Jornal Esta Terra é uma publicação mensal da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (FAES) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Espírito Santo (SENAR-AR/ES).

FAES: DIRETORES: Júlio da Silva Rocha Júnior (Presidente), João Calmon Soeiro (1º Vice-presidente), Rodrigo José Gonçalves Monteiro (2º Vice-presidente), Abdo Gomes (3º Vice-presidente), José Garcia (4º Vice-presidente), Wilson Tótola (5º Vice-presidente), Acácio Franco (6º Vice-presidente), Luiz Carlos da Silva (1º Secretário), Altanôr Lôbo Diniz (2º Secretário), Neuzedino Alves Victor de Assis (1º Tesoureiro), Carlos Roberto Aboumrada (2º Tesoureiro). **SUPLENTE DA DIRETORIA:** Armando Luiz Fernandes, Antônio Roberte Bourguignon, Jairo Bastianello, Nilton Falcão, Fábio Gomes e Gama, Luiz Malavasi, Valdeir Borges da Hora, Antônio José Baratela, José Pedro da Silva, José de Assis Alves, Francisco Tristão Neto. **CONSELHO FISCAL: Efetivos:** Leomar Bartels, Jacintho Pereira das Posses, José Manoel Monteiro de Castro – **Suplentes:** Gilda Domingues, Luciano Henriques, Nelson Broetto. **CONSELHO REPRESENTATIVO DA CNA:** Júlio da Silva Rocha Júnior e João Calmon Soeiro.

Endereço: Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1495 - Torre A - 10º e 11º andares - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - Tel: (27) 3185-9200 - Fax: (27) 3185-9201 - e-mail: faes@faes.org.br | senar@faes.org.br



Produzido por: Iá! Comunicação (27) 3314-5909 - (ia@iacomunicacao.com.br) - **Jornalista responsável:** Eustáquio Palhares (eustaquio@iacomunicacao.com.br) - **Edição:** Priscila Norbim - **Textos:** Priscila Norbim, Marcelle Desteffani, Lisandra Barbiero e Caroline Csaszar - **Colaboradores:** Tereza Zaggo, Ivanete Freitas, Merivan Castro e Fabrício Gobbo. **Fotos:** Comunicação Faes e Senar - **Editoração:** Interativa Marketing e Comunicação (27) 3222-2908.

O futuro climático nas mãos do produtor

CNA realiza o Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima – FEED 2010 para tentar encontrar medidas que minimizem as mudanças climáticas

Buscar alternativas que ajudem a minimizar as mudanças climáticas é algo complexo e que envolve opiniões diversas. De um lado, há a necessidade de reduzir a concentração de carbono na atmosfera. De outro, existe uma sociedade cada vez mais consumista e que prossegue com expectativas de progresso material.

A alternativa encontrada para tentar produzir melhores resultados é investir no setor agropecuário, assim como no de energia e produção industrial. Para debater o assunto em questão, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA realizou o Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima – FEED 2010, em São Paulo, nos dias 28, 29 e 30 de março.

Especialistas em assuntos climáticos de diversas partes do país e do mundo se reuniram junto a representantes do setor rural e figuras políticas para fazer um balanço da atividade agropecuária e das alterações do clima.



Divulgação

As consequências das mudanças climáticas atingem diretamente o setor produtivo.

CRÍTICAS AO PROTOCOLO DE KYOTO

Durante o evento, foram feitas críticas ao Protocolo de Kyoto, que propõe a execução de metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa por países industrializados.

Especialistas disseram que as medidas propostas têm custo elevado e, mesmo assim, não são suficientes para amenizar os impactos ambientais. “Se todos os países cumpris-

sem as metas, por exemplo, a temperatura iria subir 1,5°C e se não cumprissem, subiria 1,6°C. O valor gasto seria exorbitante e haveria muito mais pobreza no mundo”, conta o agrônomo e coordenador do Conselho de Meio Ambiente da Faes, Murilo Pedroni.

A solução para médio e longo prazo seria então investir em pesquisas para obter novas tecnologias capazes de provocar reduções na emissão de gás carbônico na atmosfera.

ALERTA NO BRASIL

No Brasil, segundo o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, a principal fonte de emissão do carbono é o desmatamento. Especialistas alertaram para a importância de se desenvolver um trabalho de recuperação de pastagens degradadas para fazer com que a pecuária passe a ser captadora de carbono, em vez de emissora.

Além disso, destacaram a necessidade de se analisar todo o ciclo produtivo da agropecuária desde a produção até a distribuição e consumo dos produtos.

ENERGIA RENOVÁVEL

Um fator tido como vantagem ambiental no Brasil é o uso de energias renováveis, como o etanol, obtido de cana de açúcar, fonte natural e inesgotável. A energia renovável é capaz de se regenerar, provocando, portanto, menor agressão ao meio ambiente.

O setor agropecuário do Espírito Santo foi representado no fórum pelo técnico em meio ambiente da Faes, Murilo Pedroni. Ele esclarece alguns pontos discutidos no FEED. Confira a entrevista.

1) Quais efeitos o aquecimento global tem provocado nas atividades rurais? O aumento da temperatura ainda não provocou um efeito catastrófico na agricultura. O que temos são tendências das culturas mais tolerantes a altas temperaturas, como a cana-de-açúcar e o café Conilon, expandirem suas áreas de plantio ocupando o lugar de culturas menos tolerantes.

2) De que forma o setor rural deve atuar para ajudar a reduzir a emissão de carbono e tentar minimizar os impactos climáticos? Adaptando o seu modo de produção. De acordo com estudos apresentados no FEED, apesar de ainda não se ter a quantidade exata da

área de pastagens degradadas no país, a recuperação destas áreas daria uma enorme contribuição para armazenar carbono no solo e reduzir sua emissões para a atmosfera. A interação lavoura-pecuária, aliada a prática do plantio direto também tem uma significativa contribuição.

3) O senhor acredita que tratados que propõem a redução das emissões de carbono, como o Protocolo de Kyoto, podem promover avanços ambientais? As metas impostas por Kyoto foram consideradas ousadas na época. Hoje são consideradas insuficientes e mesmo assim o custo de tudo isso e os reais efeitos ninguém parou para calcular. Acredito que uma mudança de postura, com a adoção

de metodologias para gerar energia mais limpa seja uma saída mais racional do que simplesmente impor cortes de emissões sem avaliar as consequências.

4) A produção de biocombustíveis no Brasil pode ser uma vantagem ambiental? Por quê? Sem dúvidas. Toda a comunidade científica sabe das vantagens ambientais, por exemplo, do nosso etanol com relação aos outros combustíveis oriundos do petróleo. E ainda temos a avançar nesse sentido, gerando energia até mesmo do bagaço da cana. O que é necessário é o efetivo reconhecimento e incentivo do mercado internacional que, ainda, impõe mais barreiras para o álcool combustível do que para o petróleo.

Mais um passo rumo ao Código Estadual Ambiental e Florestal

Representantes da agricultura capixaba retornaram de Brasília otimistas com as propostas apresentadas para garantir mudanças no Código Florestal

A proposta que visa à reformulação na legislação florestal e ambiental apresentada pela comitiva capixaba, no dia 24 de março, na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, poderá garantir mudanças no projeto de lei que institui o Código Florestal Brasileiro.

As principais ações defendidas pelos representantes do agronegócio capixaba permitirão que o Espírito Santo e demais Estados tenham autonomia para formular a legislação que será aplicada em seu próprio território, bem como a manutenção da norma que proíbe o desmatamento da Cobertura Florestal Protegida no bioma da Mata Atlântica da Região Sudeste.

Além de ser obstáculo para o desenvolvimento sustentável social e econômico, o atual Código Florestal, responsável por regulamentar as atividades em áreas

ambientais, está fora da realidade agrícola do país. Para cumprir os parâmetros exigidos pela atual legislação, o Espírito Santo perderia 24% da área cultivada, 120 mil empregos e R\$ 1 bilhão de renda agrícola.

OTIMISMO

De acordo com o coordenador do Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo - Faes, Murilo Antônio Pedroni, a reunião no Distrito Federal foi bem produtiva e abriu espaço para que o Estado defenda os interesses para o fortalecimento da agricultura.

“Voltamos de Brasília com sinalização positiva. Nossa iniciativa serviu para mobilizar as autoridades da capital federal para discutir a importância da revisão do atual Código. É preciso que cada Estado tenha autonomia para

definir suas próprias legislações ambientais e florestais de acordo com suas necessidades. Afinal, a realidade regional do Espírito Santo é diferente de outros Estados. Por isso, é preciso cautela para não provocar impactos sociais graves e que podem ser evitados”, destaca.

Dentre outras propostas para a construção do novo Código Florestal e Ambiental no país são defendidas pela comitiva capixaba situações que consideram o uso consolidado de todos os tipos de atividades agrícolas e construções já implantadas no meio rural.

O tema foi discutido em Brasília com o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado federal Valdir Colatto, de Santa Catarina, e com o relator da Comissão Especial dos Códigos Ambiental e Florestal, deputado federal Aldo Rebelo, de São Paulo. Já pelo Espírito Santo, além

de Murilo Pedroni, integraram a comitiva: o secretário de Estado da Agricultura Enio Bergoli, o deputado Federal Lelo Coimbra, os deputados estaduais Atayde Armani e Cacau Lorenzoni, o coordenador da Comissão de Agricultura da Assembleia José Roberto Hernandez.

O que o espera-se do próximo governador

Depois de realizar seminários regionais que reuniram representantes rurais de todas as regiões do país com o objetivo de discutir políticas públicas para o setor agropecuário, a CNA, o Senar Nacional, a Faes e o Senar/ES vão fazer o mesmo a nível estadual.

Produtores rurais, representantes sindicais e de outras instituições ligadas ao campo de cada município do Estado irão se reunir em um único seminário para discutir melhorias para o setor rural capixaba. A partir das indicações do segmento será feita uma carta com propostas aos candidatos ao Governo Estadual nas eleições de 2010 e aos presidentes dos Partidos Políticos.

A nível nacional, dentro do projeto “O que esperamos do próximo presidente”, da CNA, o Espírito Santo teve forte representatividade nos seminários regionais.

Divulgação



A comitiva capixaba foi a Brasília defender que os estados tenham autonomia para formular legislação ambiental e florestal.

Mudanças no cadastro de imóveis rurais

Incra se reúne com a CNA para anunciar medidas que vão agilizar o processo de certificação dos imóveis rurais

O processo de Certificação de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR vai ficar mais ágil. Em reunião promovida pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA), no dia 06 de abril, o Incra anunciou medidas que visam simplificar a certificação do imóvel rural e acelerar a atualização cadastral.

As novidades vão facilitar o cadastro de mais de 73 mil imóveis rurais, abrangendo o equivalente a cerca de 103 milhões de hectares de terra em todo o país.

O empenho para realizar as alterações se deu em função da dificuldade na regularização dos imóveis rurais, que impedia a circulação de milhões de reais em financiamento para produtores de todos os portes. Desde dezembro de 2009, o procedimento pode ser feito na internet através do site do

Incra (www.incra.gov.br) e, desde 09 de abril, já é possível verificar o código dos imóveis liberados para emissão do CCIR pelo site.

“Essas medidas vêm criar conforto para o produtor rural, abrindo portas para a negociação de financiamentos”, afirma Fábio Meirelles, presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da CNA.

Entre as mudanças está o fim da obrigatoriedade das plantas georeferenciadas (informações técnicas sobre o imóvel rural) no momento da atualização cadastral, a determinação de procedimento único para a análise dos processos de certificação nas Superintendências Regionais e a simplificação dos procedimentos para o levantamento de campo e apresentação de peças técnicas ao Incra.

A CNA vai manter uma agenda com o Incra para discussão de assuntos fundiários com intuito de tentar solucionar todos os problemas de acesso à terra dos produtores. “O estreitamento da relação interinstitucional entre CNA e Incra é um avanço para o setor primário brasileiro”, declarou o presidente da Faes, Júlio da Silva Rocha Jr.

O QUE É

A Certificação de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR, criada pela Lei 10.267/01, é o documento obrigatório para quem possui um imóvel rural. Somente com ele o proprietário pode fazer alterações na área, como desmembrar, arrendar, hipotecar e vender, ou, até mesmo, fazer homologação de partilha. O documento é in-



Para Fábio Meirelles as medidas adotadas pelo Incra vão possibilitar maior conforto aos produtores rurais.

dispensável para o registro da propriedade em cartório, para inventários, financiamentos e créditos rurais, assim como para aposentadoria rural. Atualmente, há 5.181.644 milhões imóveis rurais cadastrados no Brasil.

Borracha no ES está entre as mais valorizadas do Brasil

A borracha no Espírito Santo está entre as mais valorizadas do Brasil. Os produtores capixabas vendem o material por até R\$2,78 o quilo, valor que supera a média nacional, estimada em cerca de R\$ 2,50.

Os produtores rurais estão animados. A venda do látex rende-lhes 60% de lucro livre sobre a receita. “Hoje o homem do campo pode viver da produção de borracha”, afirma José Manoel Monteiro de Castro, membro da Câmara Setorial da Borracha no Ministério da Agricultura como representante da CNA e também presidente do Sindicato Rural de Iconha.

Ele, que é também produtor de borracha, diz que o pico de sua produção é durante a temporada mais fria do ano, de abril a agosto. Nesse período, consegue produzir cerca de 1,7 mil quilos por mês, o que lhe rende aproximadamente R\$4,5 mil.

No ano passado, o Espírito Santo contabilizou produção de mais de nove mil toneladas de borracha. A expectativa é que dentro de alguns anos a quantidade seja bem maior.

“A borracha é o ouro branco do Brasil. A substituição dos derivados de petróleo por produtos vegetais é um caminho sem volta. As pessoas estão muito mais conscientes dos benefícios da borracha natural, que é muito melhor no que diz respeito à resistência e elasticidade, assim como menos agressiva ao meio ambiente”, afirma José Manoel Monteiro.

PRODUÇÃO

Apesar das perspectivas, a produção brasileira não é suficiente para atender às necessidades do mercado interno. O país produz em média 200 mil toneladas de borracha natural por ano para

suprir um consumo de cerca de 250 mil toneladas.

“A produção está longe de alcançar a autosuficiência. Para isso, seria preciso multiplicar em 50 vezes a soma dos terrenos que produzem látex no país”, afirma José Manoel.

Enquanto isso não acontece, o Brasil se mantém como importador da borracha natural. Os gastos com a importação do produto já atingiram US\$ 1 bilhão entre 1992 e 2002.

TRAJETÓRIA

Em dezembro de 2008, a produção entrou em crise e o valor da borracha, que no mesmo ano tinha chegado ao seu ápice, valendo cerca de R\$2,50, caiu para menos de R\$2,00. Os produtores precisaram enfrentar uma longa empreitada para recuperar o preço. Gradativamente, o valor

foi aumentando. No início deste ano, o produtor passou a ser mais valorizado, recebendo até R\$2,78 pelo quilo.

Atualmente, a produção da borracha no Estado é dividida por duas cooperativas, uma do norte e outra do sul. Juntas, elas detêm 80% da comercialização da borracha no Espírito Santo. Os outros 20% estão nas mãos dos grandes produtores que comercializam diretamente com as indústrias.



Secretaria Eficiente promove saúde, e

O programa, que é realizado em Marilândia, Jaguaré e Cachoeiro de Itapemirim, contempla também

As articulações de parceiros para colocar em prática os planos de ações do programa Secretaria Eficiente no Espírito Santo já começaram. Depois de estudos dos gargalos que afetam o desenvolvimento e qualidade de vida do setor primário em Marilândia, Jaguaré e Cachoeiro de Itapemirim, Sindicatos Rurais, Faes, Senar/ES e Prefeituras, sob coordenação da Confederação Nacional da Agricultura e do Senar Nacional, propuseram ações e metas para incorporação às políticas públicas locais.

Marilândia, no noroeste do Estado, identificou problemas no setor rural, buscou parcerias e desenvolveu um plano de ações para melhorar a qualidade de vida no campo. O plano foi lançado no Seminário de Articulação de Parcei-

ros, realizado no dia 23 de março, no auditório da Fazenda Experimental do Incaper.

Com isso, Marilândia saiu na frente e tornou-se a primeira cidade do país, dentre as 20 que estão desenvolvendo o programa, a lançar um plano articulado de ações que favorece a todos os setores da sociedade, visando o benefício do produtor rural.

PARCERIAS

O prefeito Geder Camata participou do lançamento do projeto, quando foram apresentados os parceiros envolvidos na realização das ações traçadas. Ficou definido que um comitê gestor que será responsável por gerir o plano e acompanhar a execução das ações.

O comitê é formado pelo Sindicato Rural de

Marilândia, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Indústria e Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, Incaper, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e a Associação dos Produtores de Alto Patrão-Mór. Além dessas instituições, dois instrutores do Senar/ES acompanham diretamente o andamento do plano de ações, Ana Maria Evaldt Ferreira e Heleno Mariani Gonzalez.

“Quando em contato direto com os produtores rurais, as instituições envolvidas podem conhecer as dificuldades enfrentadas por eles, como a falta de recursos orçamentários, de pessoal qualificado, ausência de equipamentos e até mesmo dificuldades

de gestão e governança compartilhada”, declara Gonzalez.

GESTÃO

O presidente do Sindicato Rural de Marilândia, Acácio Franco, que esteve engajado no projeto desde o início, quando ainda se buscava identificar as necessidades do meio rural, acredita que são as parcerias que vão ajudar a concretizar as ações traçadas. “O trabalho integrado é que vai possibilitar que esse plano seja colocado em prática”, afirma.

Para o secretário de agricultura de Marilândia, Alessandro Drago Neto, a qualidade de vida do produtor rural vai melhorar bastante com o projeto.

“Nós percebemos que várias instituições já começaram a se mobilizar para fazer o melhor em

SR de Marilândia



Marilândia saiu na frente e foi o primeiro município brasileiro a concluir seu plano de ações dentro do programa Secretaria Eficiente.

Educação, infraestrutura e lazer no ES

ações em segurança pública, meio ambiente, produção e comercialização agrícola, turismo e esporte

prol da vida no campo. Uma empresa de energia elétrica da região, por exemplo, fez investimentos no município. Além disso, escolas da cidade já estão realizando o plantio de mudas com a mobilização dos alunos. A consciência começa a mudar e isso é fundamental”, afirma o secretário.

AÇÕES

O plano de ações do Programa Secretaria Eficiente é estruturado em eixos que englobam alternativas para a saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, infraestrutura básica, produção e comercialização agrícola, turismo, lazer e esporte rural.

Para alcançar o intento, será implementada uma série de medidas. No que diz respeito à saúde, será elaborado um plano para melhorar o esgotamento sanitário das propriedades rurais e realizadas palestras informativas nas escolas, a fim de incluir no cotidiano acadêmico o uso adequado dos serviços de saúde pública. Além disso, será proposta a realização de eventos para transmitir informações sobre a Previdência Social no meio rural.

Entre as ações desenvolvidas para a comercialização de produtos agropecuários está a divulgação de eventos e cursos técnicos, profissionalizantes e de promoção social, assim como a articulação entre entidades para definição de produtos a serem fornecidos para a merenda

escolar, por exemplo.

Assim como essas, muitas outras ações serão colocadas em prática como forma de melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem no campo e fortalecer as atividades rurais.

AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA

Atentos à importância de um plano de ações, outros municípios já começaram a elaborar a implantação do programa. Em Jaguaré, falta somente assinar o acordo com os parceiros, o que deve acontecer até o início de maio.

De acordo com Giovanni Sossai, presidente do Sindicato Rural de Jaguaré, todas as ações a serem desenvolvidas já estão traçadas. Elas se fundamentam em seis eixos, dentre os quais estão a valorização da agropecuária no ensino fundamental, médio e profissionalizante; o desenvolvimento de aptidões e atrativos turísticos rurais, como artesanato, música, manifestações populares e gastronomia; o fortalecimento da diversificação e especialização agropecuária; a melhoria da infraestrutura rural; a melhoria da qualidade de vida da população rural e o fortalecimento na articulação de ações conjuntas com setor público e privado.

Depois de Marilândia e Jaguaré, Cachoeiro de Itapemirim deve ser o próximo município a lançar o programa. José Garcia, presidente do Sindicato

Rural de Cachoeiro, disse que serão realizadas oficinas na região para debater junto aos setores organizacionais e sociedade em geral quais são as necessidades das famílias rurais no município, e construir plano de ações.

A partir dessa discussão, será elaborado o plano de ações e, em seguida, começará a ser

feita a articulação de parcerias para implantação do programa.

O presidente do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim acredita que o projeto é muito válido. “É importante treinar as equipes das secretarias de agricultura para torná-las mais eficientes e capazes para atender o produtor rural”.

Conheça melhor o Programa Secretaria Eficiente

Desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Programa Secretaria Eficiente é um programa que trabalha em parceria com os sindicatos rurais e com as federações de Agricultura de todo o país. A proposta é dotar as secretarias municipais de Agricultura de condições para um funcionamento mais eficiente e também para o planejamento de ações capazes de promover o fortalecimento do setor agropecuário e o estímulo ao consumo da produção local.

O programa é realizado em três etapas, que levarão em conta a realização de um diagnóstico, a elaboração de um projeto e a execução do plano elaborado. O diagnóstico inclui visita de técnicos do Senar, levantamento de eventuais deficiências de gestão e articulação das secretarias municipais de Agricultura, identificação das demandas do setor agropecuário, levantamento de dados sociais, econômicos e ambientais e elaboração do diagnóstico final. Já o plano de ação é elaborado de forma participativa com todos os atores que atuam diretamente no meio rural.



Lúna aposta na sustentabilidade

Unir e fortalecer as atividades do campo, promovendo a integração da classe produtora, é a missão do Sindicato Rural Patronal de Lúna



Para a presidente Eliana é importante promover a união entre a classe produtora e agregar valor à produção local.

importância de ter vida sindical, fortalecendo relações e construindo parcerias que favoreçam o crescimento do setor agrícola na região.

Há cinco anos no comando do Sindicato, Eliana Almeida Lima, diz que 2010 será o ano da visibilidade. De acordo com a presidente, os trabalhos serão voltados para aumentar em até 80% o número de associados, que atualmente está em 230.

“Decidimos trabalhar de forma diferente. Iremos realizar mais reuniões durante o ano em diversas comunidades. Queremos os produtores mais próximos do nosso sindicato. Vamos dar mais visibilidade aos nossos trabalhos através de um projeto de divulgação que realizaremos neste ano, em parceria com a rádio do município e jornais locais. Queremos, com isso,

dar voz ao nosso Sindicato, e mostrar para os produtores que eles podem contar com um órgão que trabalha para melhorar a qualidade de vida no campo”, destaca.

Também para 2010, a entidade tem como meta ampliar sua participação no cenário político e nos órgãos públicos para ser melhor representada. Além disso, o Sindicato pretende intensificar os cursos de Renovar Arábica em parceria com o Senar/ES e Incaper, visando à qualidade da produção do café, cultura de maior destaque na região.

SUPERAÇÃO

Nos dias 05 e 06 de dezembro de 2009, o município de Lúna foi surpreendido com uma forte enchente provocada pelas chuvas que assolaram todo o Estado capixaba. Várias lavouras foram devastadas e diversas casas e lojas danificadas. O Sindicato Rural foi um dos estabelecimentos atingidos. Mais de um metro de água invadiu o sindicato, destruindo mesas, cadeiras, computadores, im-

pressoras e diversos objetos eletrônicos.

“Mesmo diante das dificuldades o que não podemos perder é a esperança”, ressalta Eliana. Foi nessa filosofia que a presidente encontrou ânimo para trabalhar e realizar parcerias para reerguer o Sindicato. Com a colaboração de entidades como o Senar/ES, Faes e Incaper, a entidade recebeu recursos para dar continuidade aos projetos dentro do município.

ECONOMIA

O meio rural de Lúna é formado por grandes e pequenos produtores rurais. A economia do município é oriunda da agricultura, das quais predominam as culturas café, milho e feijão, sendo o cultivo de café arábica a grande estrela da economia local.

Sindicato Rural de Lúna

Av. Amintas Osório de Matos, 71 – Bairro Niterói - Lúna - ES
CEP. 29.390 -000
Telefax: (28) 3545-1438
E-mail: sindr@yahoo.com.br

Despedida no sindicato de São Mateus

SR de São Mateus



Considerada a psicóloga dos produtores rurais de São Mateus, Lolanda Cosme Assad, está deixando o Sindicato Rural do município. O Sindicato Rural agradece a Lolanda pelos 41 anos de muita dedicação à entidade e aos produtores rurais.

Renda extra em Itaguaçu



O mês de março foi do treinamento de artesanato em fibra de bananeira no município de Itaguaçu. A comunidade de Triunfo recebeu as mulheres, que confeccionaram cestas, caixas, jarros de flores, anjinhos e diversos outros ornamentos. Elas agora têm uma fonte de renda extra para a família.

Apicultura: uma atividade doce e rentável

O Senar/ES oferece quatro treinamentos na área, que está em expansão no Espírito Santo e oferece bons rendimentos

O Espírito Santo atravessa um momento de boas expectativas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do mel. O Estado vem investindo na atividade, que tem mercado promissor e encontra aqui clima favorável e localização privilegiada.

O reflexo desse investimento está relacionado aos números de treinamentos em apicultura que o Senar/ES realiza em diversos municípios, com o objetivo de fortalecer e ampliar a atividade no mercado capixaba.

Durante os treinamentos os participantes aprendem por meio de aulas teóricas e práticas, todo o processo produtivo do mel, desde a criação das abelhas até a manutenção do apiário.

A capacitação é dividida em três módulos. A primeira é direcionada para o produtor que deseja investir na atividade. Nessa fase, são passadas informações sobre a biologia das abelhas, investimentos necessários e como escolher o local para montar o apiário.

No segundo módulo o aluno aprenderá a preparar a produzir produtos como o mel, cera e própolis, e assim a agregar valor a sua produção. Já no último módulo a capacitação é voltada para apicultores que queiram se aprofundar na atividade. São ensinadas técnicas para a produção de abelhas rainhas e geleia real.

VANTAGENS

Os apicultores capixabas produzem atualmente cerca de 350 toneladas de mel por ano. Segundo o instrutor do Senar/ES, João Maurício Martins, as vantagens de exercer



Divulgação

Agora o Senar disponibiliza três versões do treinamento em apicultura.

a atividade são muitas, entre elas o baixo custo, boa rentabilidade e diversificação para as propriedades rurais.

“Devido a quantidade de pasto apícola, todas as regiões do nosso Estado são excelentes para investir na atividade. O custo para implantar o apiário é baixo, varia de R\$1,5 mil a R\$2 mil. Além disso, é uma atividade que não exige contratação de mão-de-obra qualificada, já que a maioria dos apiários é manuseada pelos próprios membros da família. Após a escolha do local e a adaptação das caixas com as colmeias, as abelhas fazem todo o serviço”, explica.

O instrutor ressalta que o produto apícola mais conhecido e comercializado no mercado é o mel. Mas um apiário pode gerar grandes rendimentos através da comercialização de outros produtos, como o própolis. “Enquanto o preço do litro do mel varia de R\$ 3 a R\$ 4 no comércio varejista, um vidro de 30 ml de própolis é vendido a R\$ 5. A geleia real é ainda mais valorizada. O preço do quilo no mercado custa em torno de R\$ 600”.

OPORTUNIDADES

Para gerar mais oportunidades e rentabilidade para os apicultores capixabas, o Senar/ES abriu novos caminhos a fim de elevar a produção e comercialização do mel no Espírito Santo, através da criação do treinamento de artesanato com produtos apícolas.

Além de ser fonte de gera-

ção de renda para as famílias apicultoras, a capacitação é voltada para a agricultura familiar e facilita a comercialização dos produtos apícolas. Segundo a instrutora do Senar/ES, Vera Pereira França, além de contribuir para a valorização da atividade, o treinamento visa fortalecer o agronegócio e o agroturismo local.

“Assim como o mel, o sabonete tem bom valor no mercado. Mas quando os dois componentes são misturados, temos um novo produto com valor agregado. Queremos com a capacitação promover a valorização dos produtos do campo. Além disso, contribuir para o crescimento do agroturismo nas propriedades rurais”.

No treinamento os produtores aprendem também a fazer velas, velas repelentes, velas aromáticas, sabonetes medicinais, sabonetes decorativos e esfoliantes, por exemplo.

Confira alguns treinamentos agendados para maio:

Ação/ Atividade	Início	Município
Jardineiro	17/05	Mimoso do Sul
	17/05	Cachoeiro de Itapemirim
	31/05	Santa Leopoldina
Tratorista Agrícola	10/05	Boa Esperança
	17/05	Pedro Canário
Floricultura	10/05	Pedro Canário
Produção de Derivados do Leite	10/05	Cachoeiro de Itapemirim
	17/05	Alegre
Equideocultura (Casqueamento e Ferrageamento)	12/05	Conceição da Barra
Inseminação Artificial de Bovinos	17/05	Linhares
Educação Ambiental para o Meio Rural	18/05	Santa Leopoldina
	20/05	
Piscicultura	19/05	Vargem Alta
Doma Racional de Equinos	19/05	Boa Esperança
Vaqueiro	19/05	Pedro Canário
Inseminação Artificial de Bovinos	24/05	Cachoeiro de Itapemirim
		Pedro Canário
Produção de Conservas Vegetais	28/05	Cachoeiro de Itapemirim

A agenda de treinamentos do Senar/ES pode sofrer alterações durante o mês.

Idaf e produtores rurais lado a lado

Faes, Senar/ES e Idaf vão desenvolver um plano de ações para crescimento sustentável do meio rural e para melhorar a relação entre as entidades e o setor

A Faes, o Senar/ES e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) propõem um plano de ação para o crescimento sustentável do meio rural, a partir da melhor integração e interação entre as partes.

“Nós temos a visão de que é importante e fundamental trabalharmos juntos com o Incaper, o Bandes, os produtores rurais e a Polícia Ambiental, atores dos processos que estamos envolvidos. Temos que buscar sempre o caminho da regularidade”, defende o presidente do Idaf, Aladim Fernando Cerqueira.

Ele afirma também que a lei possui uma série de injustiças que precisam ser trabalhadas e o caminho é dar voz às partes para entender seus variados interesses. “Mesmo não podendo mudar a legislação temos técnicos competentes para ajudar a modificar o que não está de acordo. Por isso, estamos criando estruturas para especializar o atendi-



O presidente do Idaf participou da reunião dos sindicatos rurais apresentando as propostas do programa.

mento ao produtor”.

Segundo o superintendente do Senar/ES, Neuzedino de Assis, o projeto visa melhorar o atendimento aos produtores rurais facilitando o conhecimento e o entendimento da legislação e normas operacionais do Idaf, simplificando-as e proporcionando esclarecimentos através de palestras e orientação.

“Como estão em lados opostos, a relação entre produtores e Idaf foi por anos conflituosa. Queremos mudar essa impressão.

Mostrar a importância e o papel do Instituto e apontar as dificuldades que os proprietários rurais enfrentam”, disse.

PROJETO

Entre os pontos norteadores do projeto está a adequação de leis e decretos à realidade do setor rural. São eles: a Lei Florestal estadual nº 5.361/1996, o Decreto de Licenciamento nº 1777-R/2007, a Lei de Defesa Sanitária Animal, o Decreto de Reserva Legal,

a Lei e os Regulamentos de Defesa Sanitária e Inspeção Vegetal e a Lei de Taxas e Serviços nº7001.

No projeto, serão trabalhadas também regulamentações de dispositivos internos ao Idaf, como: postura e abordagem na fiscalização, dispensa e simplificação de procedimentos de licenciamento ambiental para empreendimentos de baixo teor poluidor e pequeno porte, definição de procedimentos objetivos e apropriados para casos de infrações administrativas, entre outras.

A realização de treinamentos também entrará em pauta no plano de ações. Serão capacitados técnicos e servidores administrativos do Idaf, setor produtivo, técnicos de prefeituras, sindicatos, cooperativas, associações e autônomos. Os treinamentos levarão conhecimentos sobre correta abordagem do meio rural, relacionamento interpessoal, meio ambiente, sustentabilidade e procedimentos do Idaf.

Zona rural a um passo da inclusão digital

Quatro salas com dez computadores serão instaladas em sindicatos rurais capixabas

Os Sindicatos Rurais de Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Jaguaré já estão levando para suas sedes os computadores do programa Inclusão Digital. As quatro primeiras salas estão sendo instaladas para levar à população das zonas rurais conhecimentos básicos de

informática.

Cada sala de educação digital vai contar com 10 computadores, disponibilizados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Senar Nacional, Faes e Senar/ES.

A meta em 2010 é disponibilizar mais seis salas, com a capacidade de aten-

dimento de, aproximadamente, cinco mil pessoas por ano. Produtores rurais e suas famílias vão aprender a acessar a internet, em especial, o Canal do Produtor (www.canaldoprodutor.com.br) que possui informações relevantes para quem trabalha no setor.

O objetivo do Inclusão Di-

gital é mostrar ao homem do campo a importância de se manter atualizado através da internet. Assim, o programa dará oportunidades para o crescimento profissional e intelectual e promoverá a mudança de hábitos e postura com relação à nova identidade do produtor como empreendedor rural.

Proibida utilização da cama de frango na alimentação animal

Está proibida a utilização da cama de frango na alimentação de ruminantes. O produto gera doenças no rebanho que podem atingir os humanos

Através da Instrução Normativa (IN) nº 41, de 08 de outubro de 2009, foi proibida a utilização de alimentos feitos com subprodutos de origem animal, como cama de frango, na criação de ruminantes: bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos.

O Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) defende a proibição a fim de preservar os animais de doenças causadas pela ingestão do produto, composto de dejetos das aves, penas e ração proveniente do desperdício na alimentação.

A medida foi adotada após a comprovação de que o uso da cama de frango causa doenças como a “Vaca Louca”, que começou na Europa e gerou vários prejuízos para a pecuária em diversos países. A ingestão da cama de frango pode provocar também o botulismo, doença que pode chegar às pessoas através do consumo de alimentos contaminados.

“Além de causar doenças, a utilização da cama de frango gera embargos comerciais. O produtor não poderá exportar a carne in natura e nem os produtos derivados. É prejuízo para toda a cadeia produtiva”, ressalta a fiscal do Mapa, Camila Cortez.

FISCALIZAÇÃO

Até hoje o Mapa não localizou muitos casos da utilização da cama de frango no Espírito Santo. “O que encontramos foi contaminação cruzada onde há produção de ração na própria propriedade. O subproduto das aves se mistura com a alimentação sem que o produtor perceba”, conta a fiscal do Mapa.

O Mapa intensificará a fiscalização nas propriedades rurais capixabas a partir do mês de maio, especialmente em propriedades

com criação de bovinos e aves, explica Camila Cortez.

Os procedimentos partem da investigação na propriedade para verificar se o produtor faz uso do produto. Caso seja positivo a propriedade é interdita para apuração. Se for constatada a utilização de cama de frango, todo o rebanho é sacrificado e o produtor é autuado junto ao Ministério Público e terá que responder processo.

“Vale lembrar que essas não são medidas de punição. São medidas de cunho sanitário. Não podemos permitir que doenças se propaguem aqui no Estado e coloquem em risco a saúde humana”, defende Camila.

FONTES DE NUTRIENTES PARA O SOLO

O uso da cama de frango como adubo orgânico é uma saída atrativa para os produtores darem destino correto aos dejetos. Eles servem como fonte alternativa de nutriente para a plantação e, se manejados adequadamente, podem suprir, parcial ou totalmente, o fertilizante químico. Além desse benefício, o seu uso adiciona matéria orgânica ao solo, o que aumenta a capacidade de retenção de água e reduz a erosão.

Os resíduos orgânicos são considerados insumos de baixo custo e de alto retorno econômico para a agricultura. A transformação dos resíduos do frango em insumos agrícolas exige adoção de adequados processos de tratamento, dentre eles, o armazenamento e manejo correto na aplicação.

O produtor deve estar atento à qualidade da cama utilizada, a fim de alcançar os objetivos quanto à reposição de nutrientes nas mais variadas culturas: café, hortaliças, milho e grãos, por exemplo.

Divulgação



A utilização de dejetos de criações na alimentação de animais é proibida.

Subprodutos proibidos

Vale lembrar que a proibição da Instrução Normativa nº 41 (IN 41) não se restringe somente à cama de frango. É proibido utilizar qualquer subproduto de origem animal na alimentação de ruminantes. São exemplos deles: dejetos de suínos, farinha de sangue, de carne e ossos, de resíduos de açougue e qualquer produto que contenha, em sua composição, proteínas e gorduras de origem animal.

Está proibida também a produção, comercialização e utilização de produtos para uso veterinário, destinados a ruminantes, que apresentem em sua formulação insumos derivados de ruminantes.

Os produtores devem ficar atentos também aos rótulos e etiquetas de produtos destinados à alimentação que contenham qualquer fonte de proteínas e gorduras de origem animal, onde deverá estar escrito: Uso proibido na alimentação de ruminantes, conforme prevê a IN 8 de 2004.

Fique ligado

Mantenha-se informado e atualizado em relação às medidas de prevenção e às normas e procedimentos definidos pelas autoridades sanitárias, visitando periodicamente a unidade local do Idaf e o site do Mapa (www.agricultura.gov.br).

Denuncie o uso de farinha de carne e ossos, cama de frango e resíduos da exploração de suínos na alimentação de ruminantes pelo telefone 0800 704 1995.

Brasil adia importação do café

Seag



A Câmara de Comércio Exterior (Camex) adiou a decisão para a autorização de importação de café Conilon pelo regime de drawback. A intenção do setor industrial era importar o correspondente a 20% da exportação brasileira anual da variedade: aproximadamente 600 mil sacas de 60 kg ao ano.

“Existe a intenção de importação do café Conilon, não podemos negar. Por isso estamos vigilantes. Sabemos que o drawback será um desastre para o Espírito Santo, assim como para Rondônia. E se é ruim para esses estados, não é bom para nós. A cafeicultura

brasileira pode sofrer muito com essa medida. A prorrogação é sinal de que existem pressões significativas contra a importação, confirmando nossa posição desfavorável”, destaca o presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Breno Mesquita.

O setor rural se opõe à importação do Conilon por acreditar que a abertura de nossas fronteiras pode trazer doenças para as lavouras brasileiras. Além disso, afirma-se que, para o Brasil, não é necessário o drawback já que o país possui capacidade para produzir todas as variedades de café do mundo.

Colheita segura

Os capixabas que desejam ter uma colheita tranquila podem aderir ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro. O programa é um seguro de política agrícola que garante ao produtor rural um valor complementar para cobrir os custos agrícolas decorrentes de fenômenos naturais como longa estiagem, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.

Para aderir ao Proagro, é necessário que a propriedade rural passe por uma vistoria antes da colheita. O produtor não arca com os custos da visita técnica, pois o pagamento da empresa responsável por realizar a vistoria é realizado pelo Banco Central.

Ao optarem pelo seguro, os produtores que futuramente tiverem no mínimo 30% da safra comprometida, confirmado por laudo técnico, receberão através do Banco do Brasil um valor que ajudará a amenizar os prejuízos causados pelos acidentes climáticos.

Novo olhar sobre a Carne Suína

Esta semana foi lançada na Grande Vitória a campanha de marketing “Um novo olhar sobre a Carne Suína”. Nos dias 15 e 16 de abril aconteceu um treinamento para açougueiros em dois supermercados da região metropolitana e em um frigorífico de Vargem Alta. “O objetivo da ação é tornar o produto mais atraente nos supermercados”, diz o presidente da Associação de Suinocultores do Espírito Santo – ASES, José Puppim. A carne suína representa 39% do consumo mundial de proteína animal e é a mais consumida no mundo, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS).



Ases

Agronegócio nos rádios

As notícias do agronegócio capixaba vão chegar mais rápido aos produtores rurais. É que em breve a Faes e o Senar/ES colocam nas ruas o projeto Rádios, um serviço de envio periódico de informações regionalizadas para rádios de todo o Estado. No informativo serão veiculadas notas sobre o agronegócio, ações da Faes, Senar e Sindicatos, dicas e agendas de treinamentos, por exemplo. Os Sindicatos podem sugerir informações através do e-mail priscila@iacomunicacao.com.br ou telefone (27) 3314-5909.



ANIVERSARIANTES DE MAIO

02/05	Jacinto Pereira das Posses	Pres. S. R. de Itarana
05/05	Lucele Ferreira Viola	Estagiária Senar/ES
09/05	Ercy Calvi	Pres. S. R. de Boa Esperança
10/05	Sebastiana de Miranda Pinto Calvi	Esposa do Pres. S. R. de Boa Esperança
26/05	Hely Ferreira Barreto	Pres. S. R. de Bom Jesus do Norte
28/05	Argêo João Uliana	Pres. S. R. de Santa Maria de Jetibá
28/05	Fernanda Meireles	Namorada do Pres. S. R. Itapemirim
30/05	Kleria Poltronieri Ferraço	Esposa do Pres. S. R. de Guarapari